

<u>SOBRE O COMÉRCIO ILÍCITO: A VISÃO DOS DEMARCADORES DE LIMITES SOBRE O CONTRABANDO TERRESTRE NA FRONTEIRA ENTRE OS DOMÍNIOS LUSOS E ESPANHÓIS NO RIO DA PRATA (1774-1801).</u>	2
<u>OS DEMARCADORES</u>	3
<u>O MUNDO DA LAGOA MIRIM</u>	7
<u>À REFLEXÃO DOS DEMARCADORES SOBRE O CONTRABANDO: AZARA, CABRER E OYARVIDE</u>	16
<u>FONTES PRIMÁRIAS:</u>	20
<u>OUTRAS FONTES:</u>	20
<u>BIBLIOGRAFIA:</u>	21

SOBRE O COMÉRCIO ILÍCITO: A VISÃO DOS DEMARCADORES DE LIMITES SOBRE O CONTRABANDO TERRESTRE NA FRONTEIRA ENTRE OS DOMÍNIOS LUSOS E ESPANHÓIS NO RIO DA PRATA (1774-1801).

*TIAGO LUÍS GIL**

RESUMO

Ao longo do século XVIII, várias foram as tentativas de demarcação de limites entre os domínios portugueses e espanhóis na América, especialmente no Rio da Prata, zona de contínuos conflitos. A partir de 1777, depois do final de mais uma guerra, as Coroas portuguesa e espanhola enviaram, mais uma vez, equipes de demarcadores de limites para, de uma vez por todas, resolver o problema. Entretanto, conflitos diplomáticos e técnicos fizeram com que a estada destes geógrafos, astrônomos e matemáticos durasse mais de vinte anos, sendo que muitos deles acabaram criando raízes nesta nova terra. Em meio aos trabalhos de demarcação, estes sábios faziam seus diários, apontamentos e relatos, muitas vezes tratando de temas próprios da região. O contrabando, manipulado em quantidade naquelas terras, foi igualmente tratado pela grande maioria destes observadores. Nossa pesquisa procura investigar a forma como o comércio ilícito era visto por estes agentes históricos, tendo em vista o estranhamento, o entendimento e o julgamentos que os mesmos faziam de semelhante atividade. Pretendemos cruzar o relato destes demarcadores com outras fontes, especialmente com as investigações e juízos feitos pelas Coroas para perseguição dos contrabandistas. Tal estudo pode contribuir para a compreensão das formas de fidelidade manifestadas pelos súditos naquelas regiões dos Império.

Palavras-chave: contrabando; fronteira; astrônomos; engenheiros.

* * *

Que sabe ter matado o Sargento da Cavalaria Joaquim Rodrigues a sua mulher e ao cabo de esquadra do mesmo corpo José Moreira, e que fora voz constante que achando-se em casa do coronel [Rafael Pinto] Bandeira na mesma noite em que foram feitos estes assassínios, o capitão Alexandre Eloy Portela, e o Doutor Saldanha, entrara na mesma casa o dito sargento assassino e dizendo ao coronel que tinha de lhe dar uma notícia, se encaminhara este com o Sargento para um quarto imediato, e pelos ditos capitão Portela e Doutor Saldanha foi ouvido comunicar o Sargento ao Coronel o que tinha acabado de executar

(Manuel José Diógenes de Moraes, alferes do Batalhão de Infantaria e Artilharia no Rio Grande de São Pedro – ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 09).

* Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em meados dos anos 1780 a demarcação de limites estava em pleno andamento. Foi durante este período que o fato narrado acima ocorreu. O incidente, narrado por várias testemunhas de uma “Devassa” ocorrida em 1787, foi muito comentado na Vila do Rio Grande. As duas testemunhas, o doutor Saldanha e o capitão Portela, eram demarcadores de limites e estavam parando na casa de Pinto Bandeira, provavelmente, por ocasião de algum dos trabalhos de reconhecimento dos terrenos adjacentes. O Coronel tinha uma estância próxima aos limites e freqüentemente franqueava alimentos às equipes de demarcação de limites.(GIL, 2003)(CABRER, 1801)

O fato acima narrado é um indício de o quanto os demarcadores estiveram internalizados na vida social da pequena Vila de Rio Grande e suas adjascências. A maior parte destes demarcadores não apenas circulou por estes territórios fronteiros, mas acabou se instalando na região, diferentemente de outros cronistas, como Saint-Hilaire. Esta sua “intimidade” social faz com que os consideremos observadores especiais desta realidade. Sua peculiaridade reside no fato de serem, ao mesmo tempo, forasteiros e estabelecidos.

Nossa intenção aqui não é exatamente a de tentar reconstituir o contrabando na região, através dos diários dos demarcadores, ainda que façamos isso em alguns momentos. Nosso objetivo principal, aqui, é verificar qual o entendimento que estes personagens tinham de semelhante atividade, como concebiam e lidavam com este “mercado” que se realizava diante de seus olhos. Entenderemos, assim, os diários destes demarcadores como “etnografias” particulares, não apenas na apreciação do comércio ilícito, mas também na avaliação dos agentes sociais que se dedicavam a este mercado.

OS DEMARCADORES

Os trabalhos de demarcação contavam com grandes equipes. Somente a equipe portuguesa mantinha cerca de duzentas pessoas empregadas, entre astrônomos, matemáticos, engenheiros, oficiais, soldados, canteiros e escravos.(CABRER, 1801) Para este trabalho, consideraremos apenas aqueles que deixaram um “diário” escrito, ou outra qualquer anotação que tenha chegado até nós. Entre os espanhóis, trabalharemos com o *Diario de la Segunda Subdivicion de Limites Española*, feito por José Maria Cabrer entre 1783 e 1801; a *Memoria Rural del Río de la Plata*, de Félix de Azara; o *Diario de Demarcación* de Andrés de Oyarvide; o *Diario de la segunda división de límites*, de Diego de Alvear. Entre as obras dos portugueses, consideraremos o *Diário Resumido* de José de Saldanha; o *Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina, extraído dos meus*

diários, observações e notícias, que alcancei nas jornadas que fiz ao dito Continente nos anos de 1774 e 1775, de Francisco João Roscio.

A equipe espanhola era realmente muito prestigiosa. Isso não se manifesta apenas na qualidade dos demarcadores enviados, mas é igualmente visível no fato de existirem mais relatos das demarcações feitos por espanhóis do que por lusos. A qualidade dos relatos também é um indicativo. Os mais refinados, são, sem dúvida, aqueles feitos por Félix de Azara. José Maria Cabrer e Andrés de Oyarvide também deixaram anotações meticolosas e inteligentes. Entre os portugueses, destaca-se o Diário de José de Saldanha, onde há observações muito interessantes, ainda que em sua maior parte esteja apenas descrevendo a paisagem e anotando as coordenadas da demarcação.

Outra diferença relevante entre os diários lusos e espanhóis é a sua atenção ao contrabando: os portugueses silenciam a respeito, enquanto os espanhóis descrevem tal prática com detalhes. Isso se explica, em boa medida, pelo caráter dos diários lusitanos, muito preocupados com as questões mais técnicas e com a própria demarcação. Os espanhóis, por sua vez, preocupavam-se com a história local (desde a fundação dos povoados) e com a origem dos nomes dos acidentes geográficos, assim como com a avaliação das atividades produtivas, a fauna e a flora daqueles espaços. Esta característica marca não apenas os demarcadores, mas também um cronista como Concolorcorvo.(CONCOLORCORVO, 1942)

Outra explicação para este silêncio português sobre o contrabando pode estar associada a um certo “compromisso” dos demarcadores lusos com os grupos vinculados ao comércio ilícito. Esse indício toma dimensão quando percebemos que três destes demarcadores mantiveram algum vínculo com famílias envolvidas no contrabando: José de Saldanha, Chagas Santos e Alexandre Eloi Portelli.

Sendo um dos engenheiros da partida portuguesa, o Capitão Alexandre Eloi Portelli chegava à Vila do Rio Grande em junho de 1783, juntamente com outros oficiais membros da equipe. A demarcação iniciou-se no começo do ano seguinte. Neste mesmo ano, já tinha Alexandre uma filha natural, Flora Maria Alexandrina. Alguns anos depois, em 12 de fevereiro de 1793 (quando já era tenente-coronel) Portelli casou-se com Joaquina Marques de Azevedo, filha do tenente-coronel Manuel Marques de Souza. Isso vem demonstrar a rápida vinculação social destes na comunidade local. Marques de Souza, era comandante da fronteira e aparentado da família Pinto Bandeira, a qual mantinha proveitosos negócios de contrabando na lagoa Mirim, um dos principais teatros das operações demarcatórias.(PORTO, 1929)(GIL, 2003)

Como vimos no início deste texto, tanto Portelli como Saldanha estavam presentes na casa de Rafael Pinto Bandeira quando um sujeito chegou avisando dos crimes que tinha cometido. Rafael era primo do futuro sogro de Portelli e este convívio naquela propriedade pode ter sido o necessário para os acertos

matrimoniais. Outro demarcador, Francisco das Chagas Santos também casou no novo território, em Porto Alegre, em 1798 com Matilde de Figueiredo, descendente da prestigiosa família Souza Fernando, a qual também era aparentada dos Marques de Souza.(PORTO, 1929)

De todos estes, foi José de Saldanha que nos deixou o relato mais substancial. Seu *Diário Resumido* é minucioso em coordenadas e descrição de acidentes geográficos e geológicos. Saldanha cursou filosofia e matemática em Coimbra, onde especializou-se em astronomia e geografia. Embarcou para o Brasil em 1782, chegando a Vila do Rio Grande juntamente com Portelli e os demais oficiais, em 1783. Coordenou, juntamente com Portelli, a 1ª Sub-divisão de demarcação, entre 1786 e 1787. Em 1790, recebe a provisão de Capitão de Infantaria com exercício de engenheiro. Tendo casado jovem em Portugal, Saldanha veio para o Brasil onde se casou novamente, nunca mais retornando à sua “pátria”. Sua esposa, Ana Joaquina Tomásia, era filha de um alferes de Dragões, Joaquim Tomaz de Andrade e Siqueira.(PORTO, 1929)

O único membro da equipe portuguesa que aparentemente não criou vínculos familiares na região fora o 2º Comissário de Demarcação, o Coronel de Infantaria, com exercício de engenheiro, Francisco João Roscio. Originário da Ilha da Madeira, Roscio chegou a exercer o governo interino do Rio Grande de São Pedro, no início do século XIX, falecendo em Porto Alegre, em 1805. Seu *Compêndio Noticioso* é um relato muito interessante sobre diversas regiões do *Continente* do Rio Grande. Mas mesmo sem vínculos familiares na região, Roscio tampouco fala nos contrabandos, ainda que disserte muito sobre as áreas onde estes aconteciam.(FREITAS, 1980)

Nem só de vínculos familiares se dava a capilarização social dos demarcadores naquelas comunidades. As equipes não eram formadas apenas por engenheiros e astrônomos, mas eram igualmente formadas por militares. A expedição portuguesa, por exemplo, era composta por quase duzentas pessoas, entre as quais se incluíam o governador, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, o Capitão de Dragões Carlos José da Costa e Silva, o Capitão da Cavalaria Ligeira Jerônimo Xavier de Azambuja e o tenente da mesma companhia, Vasco Pinto Bandeira. Com exceção do governador, todos estes eram aparentados dos Pinto Bandeira, além de manterem diversos negócios de contrabando com Rafael, especialmente seu irmão, Vasco Pinto Bandeira, e o Capitão Carlos José da Costa, seu cunhado. Além destes oficiais, havia ainda vinte e oito sub-oficiais e soldados da Cavalaria Ligeira, da qual Rafael era comandante.(GIL, 2003)

Pelo lado espanhol, a figura de maior proeminência era a de Félix de Azara. Comissário da 3ª Partida Espanhola, nasceu em Barbuñales, Espanha, em 1742, tendo estudado em Huesca e Barcelona, onde se formou engenheiro militar. Veio para o novo continente em 1781, designado para a demarcação do Paraguai. Todavia, teve encontros com Sebastião Cabral da Câmara, comissário português, em Rio Grande, antes do início dos trabalhos. Nestas ocasiões, bem como quando tratou da povoação de São

Miguel do Batovi, junto aos limites, fez cuidadosas observações sobre a região. Seus textos, muito mais do que descrições, trazem comentários e projetos viáveis, todos absolutamente pragmáticos.(FREITAS, 1980)

A “Partida” espanhola da qual mais temos informações é daquela que teve por Comissário Dom Diego de Alvear. Além do próprio comissário, também o engenheiro do grupo, José Maria Cabrer, e o piloto, Andrés de Oyarvide, deixaram diários minuciosos dos trabalhos. Alvear era membro de uma prestigiosa fidalguia local espanhola, em Montilla.(WINDLER, 1997) Estudou no *Real Colegio de Guardias Marinas*, onde eram admitidos apenas nobres. em 1777, embarcou com Ceballos para a atacar o sul dos territórios espanhóis na América. Com a demarcação de limites, foi nomeado comissário, juntamente com Varela y Ulloa e Azara.

Os outros dois membros da equipe liderada por Alvear que deixaram relatos, até onde sabemos, foram José Maria Cabrer e Andrés de Oyarvide. Cabrer, nascido em Barcelona em 1761, ainda estudava quando foi a Guerra com a Inglaterra demandou sua atenção. Algum tempo depois, foi destacado para os trabalhos de demarcação, chegando à Buenos Aires em 1781. Em 1783, foi juntamente com Alvear para a fronteira do Chuy, onde trabalharia por um bom tempo, deixando precioso relato. Convém fazer uma observação: os relatos de Alvear e Cabrer são muito parecidos, tendo muitas frases em comum, algumas, com uma pequena variação. É provável que Alvear tenha utilizado o relato de Cabrer para compor seu texto, na medida em que o texto de Alvear não é apresentado como de sua exata autoria, mas como o diário da comissão por ele chefiada. Cabrer foi um dos poucos (e o único por nós estudado) dos membros da equipe demarcatória espanhola a casar-se no Rio da Prata, falecendo em Buenos Aires em 1836, quando trabalhava no Departamento Topográfico.(DE ANGELIS, 1836)

Andrés de Oyarvide nasceu em Guipúzcoa em meados do XVIII. Graduou-se na Real Armada em 1771, tornando-se piloto. Dirigiu-se para a América com a expedição de Cevallos em 1776, onde, logo depois, foi encarregado de compor a 2ª Comissão. O Diário de Oyarvide é bastante detalhado, chegando inclusive a citar os nomes de várias pessoas envolvidas no contrabando, além dos lugares onde tais coisas ocorriam. Oyarvide, assim como Azara, voltou para a Espanha, tendo retornado ao Rio da Prata posteriormente para a confecção de cartas marítimas.

Até aqui tivemos um conhecimento muito superficial sobre estes demarcadores. Vamos agora tentar abordá-los a partir de seus próprios textos, tentando perceber o contexto onde as idéias daqueles engenheiros e astrônomos sobre o contrabando foram gestadas. Estes estudiosos estavam profundamente preocupados com alguns dos temas mais relevantes do conhecimento da época. Saldanha, Cabrer e Alvear

citam diretamente a obra de Lineu para problematizar o que observam. Saldanha tenta com esforço aplicar as idéias daquele autor em seus comentários.

Por seu turno, Azara têm uma enorme preocupação em afirmar o método e em organizar cuidadosamente as informações que obtinha. Além das pranchas com imagens de animais nativos do Rio da Prata, ele preocupava-se com a outros procedimentos, que o autorizariam a refletir melhor sobre o assunto: “...o *haver feito de tudo um mapa; o haver lido todas as histórias impressas e manuscritas do país, como igualmente multidão de papéis antigos e modernos; inspiraram-me a resolução de escrever uma história e descrição críticas do Paraguay e Rio da Prata.*”(AZARA, 1980)

Mas esta preocupação em coletar e organizar dados sobre a fauna e a flora não era exclusiva de Azara: todos os demarcadores foram meticulosos em descrever animais e plantas das localidades por onde andavam, além de dar especial atenção a geografia local, uma das suas tarefas como demarcadores. Importante notar que, nesta mesma perspectiva, são descritos os grupos indígenas.

O MUNDO DA LAGOA MIRIM

É na proximidade da Lagoa Mirim que os diários convergem para tratar do contrabando. Não era sem motivo: este era um dos principais espaços onde o comércio ilícito se desenvolvia, ao lado da chamada “Fronteira do Rio Pardo”.(GIL, 2003) Ali se encontravam espanhóis, minuanos, portugueses e guaranis, e estes encontros não passaram incólumes. Estranhamentos, alteridades e alianças marcaram cada passo do processo demarcatório, assim como toda a vida daquela *fronteira*.

Um primeiro estranhamento entre portugueses e espanhóis ocorreu nos primeiros contatos das equipes de demarcação. Tal foi narrado por Cabrer e por Alvear, e aparte as semelhanças entre estes dois diários, há significativa diferença quando falam das relações entre os súditos ibéricos nos primeiros dias de demarcação.(CABRER, 1801)(ALVEAR, 1837) Alvear fala que os espanhóis corresponderam à “urbanidade” lusa, com visitas recíprocas de “*pura ceremonia*”. Cabrer faz um relato mais extenso e minucioso:

Los gefes portugueses seguidos de un lucido acompañamiento de oficialidad, montados todos con la mayor desencia nos prebinieron en la atención de visitarnos, y a la tarde correspondimos à su hurbanidad, quedando con este terminadas las visitas de pura serimonia. Faltariamos al tema de nuestro Diario que dice, como se ha visto al principio, 'Presentar la verdad como ella es en sí, y no vender la pluma à la adulacion' & es pues

inegable que en este primer paso se incurrió por los españoles en la mayor groseria y falta de hurvanidad: a los ojos se viene que nosotros deviamos estar todos prontos y montados con la mejor desencia, mandando un Dragon à larga distancia, para que asi que biese a los portugueses viniera a toda la diligencia a avisarnos, e inmediatamente los gefes españoles con toda su oficialidad salir a recibirlos , dejarlos en el campo que se les demarcó y aun combidarlos a comer la zopa: mas no es esta la unica desatención que usamos con los portugueses en el tiempo que duro la demarcación. Pero en razón de la verdad y de la justicia devemos decir tambien, que muy diferente conducta observo nuestro comisario Albear, y toda su oficialidad y soldados de su segunda sub-division que en el dilatato tiempo de dies y ocho años fueron repetidos los combites, obsequios de todas clases que se hicieron a los portugueses, reynando a mas de todo esto la mas estrecha harmonia y amistad en todos los yndividuos de ambas Naciones. (CABRER, 1801)

Este trecho nos apresenta vários aspectos da vida daqueles homens. Os protocolos sociais das sociedades de Antigo Regime estão bastante visíveis. A preocupação de Cabrer (e também de Alvear) com as formalidades no contato, incluindo a necessidade dos espanhóis estarem montados e prontos para receber os portugueses, é sintomática. Mesmo entre lagoas e pântanos pouco povoados, os velhos costumes europeus não deveriam ser abandonados, assim como a hierarquia social, perfeitamente visível na organização das comissões. Por outro lado, nos indica que a distinção entre portugueses e espanhóis permaneceu intacta, mesmo diante de povos tão diferentes e “bárbaros” como eram os minuanos. Apesar da boa relação, não houve clima para uma identidade ibérica. A tendência foi contrária: polarizar as relações entre as “nações” da península, incorporando os indígenas, de algum modo, à uma ou outra.

Ao estranhamento seguiu-se o conflito. Por volta de 1784, na identificação de alguns acidentes geográficos onde seriam colocados os marcos de pedra, surgiu uma dúvida entre as duas equipes, se o Piratini seria um rio ou um arroio. Se fosse um arroio, seria o *arroyo* meridional referido nos Tratados de limites. Os espanhóis argumentavam de que pouco importava se era rio ou arroio, e que aquele era o curso referido nos Tratados. Os portugueses argumentavam que os limites deveriam ser colocados mais ao sul da Lagoa Mirim, já que aquele não era o arroio procurado. Alvear (como também Cabrer) logo atribuem isso à ambição portuguesa: *“aspiraban a extender sus dominios, todo lo posible, por las riberas septentrionales del Río de la Plata, objeto que ha excitado vivamente en todo tiempo la ambición lusitana, y sobre que jamás cesarán sus pretensiones.”*(ALVEAR, 1837)

A própria caracterização do espaço fronteiro era matizada pela oposição entre ibéricos. O cenário construído pelos diários marcava a expansão portuguesa na região, por um lado, frente ao descaso e despovoamento da fronteira pelos espanhóis. Nas palavras de Cabrer: “*los portugueses repartieron todo este canton en suertes de estancias luego que se establecieron los marcos, procediendo desde el instante a su poblacion y cultibo*”.(CABRER, 1801) A constante presença portuguesa preocupava estes demarcadores, sendo considerada uma ameaça não apenas pelo risco de conquista de territórios espanhóis, mas igualmente pela existência de um contrabando favorável ao portugueses.

Mas isso não se dava por uma simples oposição. A imagem de um “deserto” na fronteira espanhola servia para corroborar as propostas de povoamento feitas por estes demarcadores. O mais taxativo é Azara. Segundo ele, toda a região ao redor de Cerro Largo e Batovi (localidades mais próximas aos limites) estaria carente de povoamento, capelas e professores. A Coroa deveria tomar uma série de medidas com o objetivo de povoar aqueles territórios. Azara propõe doze iniciativas, entre as quais se destacam a distribuição de terras, a redistribuição de concessões improdutivas e uma espécie de legalização do contrabando.(AZARA, 1980)

Este cenário era composto por um peculiar elenco: *changadores*, *gaudérios*, índios infiéis e contrabandistas. O povoamento proposto por Azara tinha, em certa medida, a intenção de transformar estes personagens. A imagem destes povos da fronteira pelos demarcadores era sempre péssima. Azara descreve os habitantes daqueles campos:

...não levam muita vantagem sobre os índios infiéis; e suas asquerosas habitações estão sempre rodeadas de montões de ossos e carne podre [...] A religião corresponde a seu estado; e seus vícios capitais são uma inclinação natural a maltratar cavalos, rejeitar toda a ocupação que não se faça a cavalo e correndo, jogar os naipes, a embriaguês e o roubo...(AZARA, 1980)

Mesmo na caracterização destes personagens, não deixava de ter sentido a comparação com os portugueses, que eram, segundo Azara, “*notoriamente mais asseados e econômicos*”. Azara não é o único a avaliar deste modo a população da campanha. Também Concolorcorvo fez suas observações e comentários sobre os “*gaudérios*” Segundo o autor, eram rapazes que viviam em um modo muito selvagem, com freqüentes incursões ao campo para capturar bois e vacas, ficando a maior parte do tempo em ocupações pouco recomendáveis. A banda oriental, todavia, possuía uma diversidade econômica muito maior. Mantinha uma vasta produção pecuária e tritícola, além de ser uma área de forte presença de imigrantes, fossem os “*Canários*”, vindos das ilhas, famílias de Buenos Aires e, em grande medida por

sujeitos vindos de Corrientes, Paraguay, Santiago del Estero e Córdoba, áreas de onde havia constantes fugas populacionais em busca de trabalho.(GELMAN, 1990)(FARBERMAN, 1998)(APOLANT, 1966) Certamente uma das maiores produções era de couros, o que foi percebido por Concolorcorvo em 1773:

El principal renglón de que sacan dinero los hacendados es el de los cueros de toros, novillos y vacas [...] Por el número de cueros que se embarcan para España no se pueden inferir las grandes matanzas que se hacen en Montevideo y sus contornos, y en las cercanías de Buenos Aires, porque **se debe entrar en cuenta las grandes porciones que ocultamente salen para Portugal** y la multitud que se gasta en el país.(CONCOLORCORVO, 1942: 31)

A pena de Cabrer também deu conta deste cenário. As referências são muito esparsas, não chegando este autor a compor um cenário tão complexo quanto o de Azara. Cabrer fazia apontamentos de acordo com a ocorrência de problemas ou com a passagem por locais onde teriam ocorrido eventos relacionados ao contrabando e ao trabalho dos *changadores*. Ainda assim, sua leitura também é negativa. Eles seriam os responsáveis pela deterioração dos frutos do campo: “*pues à penas se anda una legua de terreno, sin encontrar recientes despojos y evidentes bestijos de las crecidas faenas que han permanecido por mucho tiempo en este trato. Objeto es este, a la verdad, digno de toda la atencion del gobierno*”. (CABRER, 1801: 200)

Outro grupo que recebeu especial atenção de Cabrer foi o dos indígenas minuano. Segundo Cabrer, estes índios “*sin haber querido recibir ls luz de la fê [...] habiendo agregado à ellos algunos delinquentes , ò facinerosos, gente toda de casta, y perversa, los corrompieron...*”.(CABRER, 1801: 365) O demarcador estimava que havia seis aldeias (*tolderias*), cada uma com seu cacique, tendo, além destes, um maioral, que na época era Miguel Ayala Carai. Vivendo sem religião alguma, os minuano permaneciam “*sepultados en una torpe aragoneria y grosera ociosidad. Toda su gloria es la vida libre, y errante, y su mayor diversion la embriagues. Son muy dados à la lujuria, y entre ellos es muy corriente la poligamia.*” Cabrer não deixa de associar os minuano aos “problemas” daquelas regiões. Para ele, havia estreita relação entre os *changadores* e estes indígenas.

Há relatos de negócios entre portugueses e minuano desde o início do século XVIII. Este grupo indígena ocupava terras entre o Chui e o rio Uruguai. Com o avançar dos ibéricos, acabaram se concentrando junto à desembocadura do rio Ibicui, um afluente do Rio Uruguai. Os portugueses da Laguna, em especial o grupo familiar de Brito Peixoto já mantinham fortes relacionamentos com os minuano, durante os anos 1720.(BORGES FORTES, 1941) Estes relacionamentos provavelmente se mantiveram dentro da família,

principalmente na ramificação Pinto Bandeira. Entre a década de 1760 e a de 1780, a família Pinto Bandeira teve acesso privilegiado no contato com estes indígenas, que eram ativos agentes na negociação de gados e artefatos derivados da animalia. Mais do que qualquer outro ramo derivado da família Brito Peixoto, os Pinto Bandeira souberam muito bem como reproduzir e capitalizar os laços criados com este grupo autóctone.(GIL, 2003)

Estes relacionamentos foram substantivos para o acesso dos portugueses a esfera de economia praticada pelos minuano. Esta esfera estava basicamente ancorada na preia do gado. Desde que começaram a se formar grandes manadas de gado selvagem em seus territórios, os minuano passaram a realizar procedimentos de caça e coleta destes mamíferos, desenvolvendo técnicas bastante refinadas. O uso do cavalo, animal exótico na América, foi rapidamente adotado pelos minuano.(SALDANHA, 1929)

Boa parte das presas dos minuano, não era, contudo, fruto de caça a animais selvagens. Com o aumento das povoações espanholas no rio da Prata e com o estabelecimento de grandes criações de animais, os minuano passaram a valer-se destas reservas, segundo nos falam as contínuas queixas dos estancieiros espanhóis durante todo o século XVIII.(Real Cédula... APUD: CONI, 1942: 97) Também o demarcador Oyarvide reparou nestas atividades. Segundo ele, a dizimação dos gados na Banda Oriental se dava “...*por las correrías que hacen en ellos los dicho Minuano y changadores incesantemente para conducirlos hacia la parte de Portugal...*”(OYARVIDE, 1866) Neste sentido, o demarcador aponta não apenas a atividade, mas igualmente o envolvimento de grupos de mestiços, espanhóis e indígenas, articulados em uma atividade produtiva bastante organizada, já que tinha, no mínimo, um comprador certo.

Ainda que houvesse esta grande disseminação de relacionamentos étnicos, não há dúvida que o grupo indígena minuano garantiu uma certa identidade, pelo menos até o final do século XVIII, quando o astrônomo de Sua Majestade, José de Saldanha, topou com eles numa das expedições de demarcação dos limites.

Foi numa quarta-feira, 14 de março de 1787. Neste dia os minuano visitaram o acampamento dos demarcadores, que estava próximo a suas terras. Saldanha dedicou várias páginas de seu diário para falar dos visitantes, demonstrando grande erudição ao fazê-lo. Partia de pressupostos de Lineu para tentar entender os indígenas e descrevê-los da melhor maneira possível. De toda a narrativa, extraímos algumas informações que podem contribuir para entender a participação minuano nos negócios de gado que estamos observando.

Segundo Saldanha, havia entre os minuano grande consumo de tabaco em rolo e aguardente. Tais produtos eram obtidos junto aos colonos portugueses, que faziam numerosos negócios nas imediações.

Em troca, os Minuano ofereciam animais e produtos artesanais, ainda que preferissem ser regalados com o que precisavam...

...em necessidade fazem as suas viagens, a algumas das Povoações meridionais de Missões, ou à Guarda de São Martinho, ou finalmente às Estâncias Portuguesas, e Fronteira do Rio Pardo conduzindo alguns cavalos dos apanhados no campo pares de Bolas e Caiapis novos para trocarem por erva mate, panos de algodão facas flamengas, tabaco de fumo, aguardente ou alguns freios.(SALDANHA, 1929: 235)

O astrônomo ressalta a vinculação dos minuano aos portugueses. De fato podemos perceber que as relações travadas por estes indígenas privilegiavam os conquistadores lusos. Isso significou, em vários momentos, um rompimento declarado com os espanhóis, dando margem para inúmeros conflitos bélicos. O próprio Saldanha, em uma observação que distoa bastante de Cabrer, comentou:

Vivem os minuano em um estado propriamente Livre, entre os Espanhóis e Portugueses [...] Contudo ou pelas dádivas que com mais franqueza encontram nos Portugueses, ou por outra qualquer causa pende mais a sua inclinação para esta Nação.

Saldanha percebia com perspicácia quais eram os motivos desta “*inclinação*” dos minuano. A prática do dom e contra-dom era familiar ao cotidiano tanto dos portugueses quanto dos minuano. Havia, além disso, um profundo interesse entre os “maiorais” de ambas as sociedades de guardar vínculos mais efetivos entre dois grupos. Exemplo disso foi o casamento de Rafael Pinto Bandeira com a filha do cacique Miguel Carai, Bárbara Vitória, em 1761.(SILVA, 1999) Estes relacionamentos se mantiveram e ganharam força durante os conflitos entre lusos e espanhóis na década de 1770.(RMAPRGS: 115, 124, 175)

A guerra serviu não apenas para fortalecer aqueles laços existentes, mas para fazer girar, com força, aquela economia baseada na preia do gado e na sua saída pelo lado português. Esta atividade predatória, que muitas vezes tinha por alvo estâncias espanholas, era estimulada pelas autoridades lusas. Em carta a Rafael Pinto Bandeira (que sempre agia na mediação com os minuano) o general luso João Henrique de Böhm afirmava a aceitação dos minuano sob a obediência do rei, esperando que fizessem todo tipo de hostilidade e ruína aos inimigos espanhóis. Böhm ainda avisava que “...*se lhes comprará tudo o que trouxerem pelo seu justo preço, afim de os ter contentes e satisfeitos por todo o modo.*”(RMAPRGS: 177) Tal política lusa teve sucesso. Em maio de 1785 um cacique espanhol escrevia para Rafael Pinto Bandeira

informando de sua intenção de passar suas famílias e animais para os domínios portugueses.(RMAPRGS: 497)

Dizia o cacique “Dom Bartolomeu” que os espanhóis os tinham convidado para se chegar a Montevideo, e que lhes dariam tudo que desejassem. Todavia, havia escrito aos lusos pois não queriam saber dos espanhóis, e queriam ser súditos do Rei português. Ao saber disso, o Vice-rei interrogou a Rafael Pinto Bandeira que checasse quantos e quais eram os gados que trariam os minuano, e quantas pessoas viriam como súditos. Rafael consultou a seu sogro, o também cacique Dom Miguel, que lhe informou sobre o ocorrido: “...respondeu sumário o cacique Dom Miguel, dizendo que o cacique Dom Bartolo, que solicitou a passagem, tinha sido destroçado presentemente pelos espanhóis e vendo-se sem gente, fora incorporar-se a outros caciques em Japejú: que ele Dom Miguel ia também ter com aqueles caciques...”(RMAPRGS: 499) Tanto os minuano como portugueses perceberam formas convenientes de ação que decorreriam da manutenção destas relações.

André de Oyarvide também fez uma interessante apreciação daquele cenário: ao chegar nas proximidades do Rio Cebollatí (nordeste do atual Uruguay), o demarcador apontou que naquelas terras havia muitos “*changadores, nombre que dan a las gentes que se emplean en estas faenas de matanza de reses [...] hacen sus cueros y tratan con los Portugueses del Rio Grande, que se los compran a cambio de bebidas, tabaco negro y algunas ropas.*”.(OYARVIDE, 1866: 1) Adiante no texto, o autor explica que os ditos “changadores” levavam os couros em cargueiros até o rio Cebollatí, seguindo em canoas até o rio Grande. Talvez este fosse o caminho que fazia o “*espanhol Pepe*”(ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 09: 327v), citado por muitas testemunhas em duas devassas instauradas no Rio Grande de São Pedro, uma em 1784 e outra em 1787.

Pepe devia ser muito popular entre os portugueses. Fora citado como notório contrabandista em 1784. Três anos depois, fora novamente apontado por sete dos vinte e um depoentes de uma devassa. Em 1784, a testemunha João Coutinho de Amorim(ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 06: 140) disse que Pepe havia trazido uma carga de couros em uma grande canoa, pela Lagoa Mirim, até a vila de Rio Grande. Seu depoimento envolvia ainda dois negociantes da vila do Rio Grande, Domingos Rodrigues e Manuel Rodrigues Lima, sobre os quais pouco sabemos. Pepe teria alugado a canoa para fazer contrabando que fora apreendido pelo depoente. Ainda assim, algum tempo depois Pepe agira novamente. Desta vez levava “*a carga de quatorze rolos de tabaco de fumo e alguma porção de biscoito*” em uma canoa de quatro remos, que fora igualmente apreendida, desta vez no “*Sangradouro*” da Lagoa Mirim.

Na devassa de 1787, Pepe foi melhor apresentado. Sabemos algo sobre o que Pepe levava, e como. Mas com quem negociava? Nicolau Cosme dos Reis, negociante da vila do Rio Grande, nos dá algumas pistas:

... sabe por lhe dizer o espanhol Pepe que o coronel Rafael Pinto Bandeira lhe tinha vendido uma canoa mas que não sabe por que preço nem se o ajuste foi feito para ser paga a dinheiro, ou em couros, e que sabe que o dito espanhol Pepe conduzia publicamente para esta vila couros da campanha embarcados em canoas.(ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 09: 337v)

Tal espanhol mantinha negócios com o coronel Rafael Pinto Bandeira, que ao tempo da devassa já havia ocupado o cargo de governador interino e era comandante da “Cavalaria Ligeira”. Interessante notar que fora o próprio Pepe que contara o negócio que fizera ao negociante Nicolau Cosme dos Reis, ainda que não falasse sobre o pagamento. Na denúncia que originou a devassa, Manuel José de Alencastre dizia que Rafael teria vendido a canoa a Pepe em troca de quinhentos couros.(ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 09: 310) Uma testemunha, José Vieira da Cunha, confirmou a forma de pagamento, ainda que não soubesse o número exato de couros.(ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 09: 336)

Saindo das proximidades do rio Cebollatí, Oyarvide tomou o caminho de Santa Tecla, na direção noroeste. Ali também encontro os “*changadores*”, assim como índios minuano, que faziam “*correrías*” para obtenção de gados, “...*para conducirlos hacia la parte de Portugal...*”.(OYARVIDE, 1866) Neste sentido, Oyarvide distingue toda uma área que seria de ação de lusos e castelhanos, e que envolvia a especial ação de contrabandistas, de gente que fazia do trato ilícito seu principal meio de vida. Certamente o demarcador não fora o único a reparar nestes sujeitos. Em 1785, o vice-reino do Prata procedia contra “*varios reos changadores*”, por crimes contra a propriedade. Este homens haviam roubado couros, com o agravante de que “*los introducían en Brasil*”(AGN, LEG.28, EXPTE 21).

Oyarvide não ficou apenas nos territórios espanhóis que ajudara a demarcar. Andou também nas proximidades da Lagoa Mirim, onde, frente à estância do coronel Rafael Pinto Bandeira, fez uma interessante observação. Os cavalos do coronel possuíam “...*la marca de los vecinos españoles de Corrientes, Santa Fe y Montevideo.*”(OYARVIDE, 1866: 186) Isso poderia muito bem ser uma calúnia de um militar espanhol contra um oficial português. Mas, considerando as referências que temos dos negócios de Rafael Pinto Bandeira, podemos afirmar que Oyarvide não estava inventando, nem mesmo exagerando. Afora os relacionamentos com os minuano e os já mencionados negócios com o espanhol Pepe, Rafael Pinto Bandeira mantinha uma rotina de tratos com os súditos espanhóis.

Seguindo os rastros de uns contrabandistas, o furriel de Dragões Antonio Pinto da Fontoura andou próximo a uma das propriedades de Rafael Pinto Bandeira, quando se topou com um espanhol que dali saía. Ao vê-lo, o dito furriel lhe interrogou sobre o que fazia por ali. Ao que o espanhol “...*lhe respondera*

que viera buscar alguns víveres para o acampamento espanhol que então se achava no Arroio das Pedras...”(ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 09: 338V) Este mesmo espanhol teria dito ao furriel:

...que naquela mesma ocasião saia outro espanhol por nome D. Pedro, o qual levava alguns escravos pertencentes ao dito coronel Rafael Pinto Bandeira, mas que não sabia se o dito espanhol D. Pedro os havia comprado ao dito coronel Bandeira ou se os levava por conta do mesmo coronel... (ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 09: 338V)

Este relato nos evidencia as articulações que Rafael Pinto Bandeira mantinha junto a grupos da banda oriental, possivelmente os “*changadores*”. É provável inclusive que o referido “D. Pedro” se tratasse de Pedro Ansategui, também conhecido como “*Don Pedrito*”, citado como um dos maiores “*changadores*” da Banda Oriental, em 1790.(Informe de Don Manuel Cipriano de Melo... IN: CALVO, 1866: 267)

Da devassa de 1787 mais dois testemunhos confirmam estas relações de Rafael. Antonio José de Feijó declarou que ele mesmo tinha visto, por várias vezes, o ingresso de animais da campanha espanhola na Estância do Pavão, de propriedade de Rafael Pinto Bandeira.(ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 09: 334v) A mesma testemunha dizia que um soldado desertor, de nome Francisco Pinto, freqüentava a casa do coronel Rafael Pinto Bandeira, indo e vindo dos domínios espanhóis. Na mesma devassa José Antunes da Porciúncula confirma este fato, dizendo ainda que o dito desertor levava cartas de espanhóis para os portugueses, ainda que não soubesse para quem eram dirigidas.(ARQUIVO NACIONAL, Códice 104, vol. 09: 331v)

Rafael não obtinha o que queria apenas por meios pacíficos, ainda que ilícitos. Enquanto duraram os conflitos, especialmente entre 1773 e 1776, quando Rafael era comandante das tropas portuguesas na guerra aos espanhóis, foram feitas sobre sua ordem muitas “arreadas” e saques às povoações espanholas. Tais fatos foram narrados por vários participantes destas ações violentas, que obtinham centenas, quando não milhares de cabeças de gado vacum, muar e cavalar. Destas ações, uma, comandada por Bernardo Antunes Maciel, cabo de cavalaria ligeira, teve especial destaque. Segundo Oyarvide, Bernardo era conhecido pelos espanhóis com “Bernardillo”, e fora líder de um grupo de peões, sendo depois contratado pelos portugueses como vaqueano, chegando a cavalaria ligeira, onde atingira o posto de Tenente.(OYARVIDE, 1866: 341)

Boa parte dos demarcadores construiu um cenário catastrófico para descrever os limites próximos à Lagoa Mirim. Vimos que Azara e Oyarvide carregaram nas tintas, enquanto Cabrer e Saldanha (este último ainda mais) atenuam um tanto esta visão. Para além destas leituras críticas do espaço, os textos destes diários estão carregados de alternativas e idéias para a solução dos problemas apresentados. Como já afirmamos, a construção deste cenário dramático era pano de fundo justamente para a apresentação destas idéias. Na obra de Azara isso é muito claro: em contraponto ao caos campestre instaura-se a Vila de Batovi, como paradigma de uma nova sociedade rural naquelas terras. A “urbanidade”, conceito apresentado por Cabrer e Alvear, deveria atingir aquelas gentes, que viviam na maior ociosidade e sem religião.

Por trás destas idéias há uma noção de progresso, mas profundamente ligada aos valores aristocráticos e católicos. Quando Azara elabora um elenco de propostas para fazer o “arreglo” dos campos de Montevideo, o primeiro item da lista é “*dar liberdade e terra aos índios cristãos*”. Mais do que a preocupação com o crescimento da agricultura, há a necessidade de promover a fé. Ainda que vivesse o iluminismo, Azara não era nada anti-clerical. Uma de suas principais queixas é a falta de capelas nesta região. A nova proposta de Azara era exigir que os habitantes edificassem, a cada 16 ou 20 léguas, “*uma igreja no estilo da de Batovi*”. (AZARA, 1980: 68) Este “arreglo” dos campos passaria também pela expulsão dos minuanos e charruas, os primeiros, especialmente descritos e avaliados pelos demarcadores. Azara propunha o uso da força para concretizar tal tarefa.

Dentro deste plano também havia lugar para o contrabando. Absolutamente pragmático, Azara entendia o comércio ilícito como um “*mal inevitável*” que deveria ser aceito e organizado pela Coroa. A oitava proposta feita pelo demarcador era “*admitir em toda parte os portugueses que venham voluntariamente*”. O contato com os portugueses seria bom por várias razões. Uma delas seria a decência: “*Seria um meio de introduzir a decência, admitir muitos portugueses, que são notoriamente mais asseados e econômicos, porque seu exemplo seria muito proveitoso*”. Por outro lado, o comércio, propriamente dito, também seria favorável aos espanhóis e ao desenvolvimento daquelas paragens:

No que diz respeito à introdução, eu não permitiria outra que a de escravos e moedas. Poder-se-ia pensar que minhas idéias fomentariam o contrabando; mas digo: que é um mal inevitável; que nunca se impedirá, à vista da facilidade e do escândalo que há hoje nestes desertos; que não tenho por impossível que não se incline a balança em muito a nosso favor... (AZARA, 1980: 69)

A idéia era justamente legalizar o comércio ilícito com vistas à cobrança de impostos. Mas não era só isso: os negócios seriam ampliados e a região norte da Banda Oriental seria mais povoada e o “deserto” daria lugar a uma fronteira segura: *“Establecidas as coisas de acordo com estes princípios, creio que veríamos em breve assegurada nossa fronteira sem necessidade de tropa, suprimidos os roubos e restabelecidos os gados.”* Eram medidas “sanitárias” para a Banda Oriental.(AZARA, 1980: 70)

Oyarvide, de forma semelhante a Azara, manifestava um grande estranhamento com aqueles habitantes. Durante toda a narrativa, percebe-se um profundo desprezo do demarcador pelos “*changadores*”. Para Oyarvide, estes sujeitos eram criminosos não apenas pelas atrocidades que cometiam frequentemente, como assassinatos e desordens. Eles estariam dizimando os depósitos de gado espanhóis e os passando aos portugueses de modo muito prejudicial aos interesses de Sua Majestade Católica. Ainda que concorde com o diagnóstico de Azara, Oyarvide não propõe saídas para superara aquele estado de barbárie.

Sobre o mesmo problema, Cabrer se manifestou de forma dúbia. Aos realizar uma minuciosa descrição das atividades contrabandistas, o demarcador acaba sugerindo, em distintas passagens do texto, uma alternativa semelhante à de Azara, por um lado, e a repressão violenta aos contrabandistas, por outro. Após citar algumas ocorrências de contrabando, *“de todo lo qual no faltaran evidencias en el curso de este Diario”*, e lembrar que os contrabandistas eram *“gente demasiado vigilante sobre sus empresas”*, Cabrer afirma a importância da legalização daquele comércio, do qual *“cada nacion sacaria sus bentajas”*. Nota-se aqui um pensamento semelhante ao de Azara. A conclusão de Cabrer aproxima ainda mais os dois sábios: *“Estas providencias no parece dañaria al comercio nacional pues este muy poco o anda se ocupa de estos efectos del pais”*. Entretanto, ele não chega a assumir plenamente estas posições. Aos apresentá-las, afirma que algumas pessoas “dicen” semelhantes coisas, sem afirmar se concorda ou não com elas. Era o espaço da ambigüidade na vida de um oficial...(CABRER, 1801: 138)

Por outro lado, Cabrer fazia propostas que seguiam fielmente um dos artigos dos Tratados de limites que previa o extermínio total dos contrabandos.

Los portugueses frecuentan [...] los dominios de Nuestro Soberano [...] Fomentan el contrabando, introduciendo conciderables cantidades de tabaco negro o de humo y otros generos prohibidos y destrozando el ganado de la sierra con sus continuas correrias y matanzas para las grandes faenas de cueros, sebo, graxa que conducen el Rio Grande de San Pedro. La propia esperiencia nos há confirmado repetidas veses de esta verdad en esta expedicion pues **ni aun por el tiempo que duraba** se abitubieron de este desorden.**Combendria pues, asi para evitarlo, como tambien para impedir las**

grandes usurpaciones de ganado mayor que hacen por tierra, restablecer el Fuerte de San Gonzalo... (CABRER, 1801: 242)

Esta aparente ambigüidade pode ser fruto da situação de Cabrer dentro da “partida” demarcatória. Seu posto de engenheiro, ainda que tivesse destaque frente aos demais, estava longe de ser o melhor, como o eram Azara e Alvear. Todavia, a posição deste último, no diário da expedição, era muito semelhante à de Cabrer, quando este fala na abertura do comércio com os portugueses. Todavia, mesmo Alvear toma cuidado, afirmando que estas idéias não são exatamente suas: “*No falta aún quien intente persuadir, que desde aquella feliz época del comercio libre sería muy conveniente a nuestras Américas, ajustar un tratado de comercio con los portugueses en toda la Costa del Brasil, aunque fuese con ciertas restricciones...*” (ALVEAR, 1837: 383) Azara foi o único a bancar propostas alternativas ao mero policiamento, ainda que estas fossem idéias de ampla circulação, como nos sugerem os diários de Cabrer e Alvear.

Percebe-se que, mesmo quando as propostas incluíam a legalização de laços com os portugueses, a tônica ainda era a rivalidade. Quando Azara faz suas propostas, sugere a criação de milícias, a exemplo do que faziam os portugueses, e conclui: “*...seria vergonhoso dizer que não podemos fazer o que eles fazem...*”(AZARA, 1980: 67)

Enquanto os espanhóis manifestavam uma diversidade de visões, os portugueses eram unânimes em seu silêncio. Mesmo Saldanha, tão prolixo quando fala dos minuanos, silencia quase que totalmente sobre o contrabando. O demarcador luso fala em apenas um momento sobre este assunto. Ao discorrer sobre uns acidentes geográficos, comenta de alguns informantes que teve para conhecê-los, acrescentando: “*Nunca faltam no mundo criminosos, ou desejosos de contrabando, homens de rústica criação, que facilmente se aproveitam destes esconderijos da Natureza.*”, (SALDANHA, 1929: 273) comentário feito em uma nota de rodapé O resto é silêncio, provavelmente relacionado aos vínculos mantidos pelos demarcadores portugueses logo de sua chegada. Sua integração foi tão rápida e forte que logo estavam, eles também, de algum modo associados com um grande grupo de contrabandistas que havia naquelas regiões.(GIL, 2003)

O conflito entre ibéricos parece ter sido o principal norteador do pensamento dos demarcadores, o qual se desenvolvia paralelamente a ambigüidade entre o observador crítico e o oficial devotado. Azara foi o único que conseguiu fugir desta dicotomia, apresentando saídas que tinham como objetivo último a fortificação do Império Espanhol naqueles territórios. Ao mesmo tempo, percebemos que algumas noções como “*urbanidad*” estavam presentes no pensamento daqueles sábios, o que orientava não apenas a sua avaliação da realidade e a feição de propostas para ela, mas seu comportamento diante de seus pares.

Essas manifestações são mais próprias dos espanhóis, já que pouco sabemos dos portugueses, dada a pouca prolixidade destes. A noção de urbanidade, contudo, parece ser comum, pensando na forma como Saldanha entende e explica os próprios minuano. Além disso, devemos lembrar da iniciativa lusa na troca de visitas quando as comitivas ibéricas estavam acampadas nas proximidades da Lagoa Mirim. Era um código comum.

FONTES PRIMÁRIAS:

Diários de Demarcadores

OYARVIDE, Andrés de. **Diario de demarcación**. IN: CALVO, Carlos. *Recueil Historique Complet des traités*. Paris, 1866.

SALDANHA, José de. **Diário Resumido, e Histórico ou Relação Geográfica das Marchas e Observações Astronômicas, com Algumas Notas sobre a História Natural, do País**. IN: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde – Serviço Gráfico, 1938.

AZARA, Félix de. *Memória Rural do Rio da Prata*. IN: FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: EST - SLB, 1980. (tradução de Décio Freitas).

CABRER, José Maria. *Diario de la Segunda Subdivicion de Limites Española*. 1801. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro.

ROSCIO, Francisco João. *Compêndio Noticioso*. IN: FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: EST - SLB, 1980.

ALVEAR, Diego de. *Diario de la segunda división de límites, al mando de don Diego de Alvear, teniente de navío de la Real Armada*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1837.

OUTRAS FONTES:

Autos principaes do conselho de guerra a que foi submettido o coronel Rafael Pinto Bandeira. IN: **Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul**. Nº 23. MAPRGS/Livraria do Globo, 1930

CONCOLORCORVO. (Don Calixto Bustamante Carlos) *El Lazarillo de Ciegos Caminantes*. Desde Buenos Aires hasta Lima – 1773. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1942.

Informe de Don Manuel Cipriano Melo sobre la otra banda, límites, fuertes y guardias. Buenos Aires, 16 de julio de 1790. IN: CALVO, Carlos. **Recueil Historique Complet des traités**. Paris, 1866.

ARQUIVO NACIONAL: Secretaria de Estado do Brasil. *Correspondência do Vice-rei com o Rio Grande de São Pedro*. Códice 104. Vol.s. 1-15.

Archivo General de Lá Nación. Argentina: Legajo. 28. Expte. 21.

Mapa do Terreno ocupado pelos Portugueses. IN: MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE – ESPAÑA. *Las Relaciones Luso Españolas en Brasil durante los siglos XVI al XVIII*. 2001.

APOLANT, J. A. *Padrones Olvidados de Montevideo del siglo XVIII*. v. I y II. Separata del "Boletín Histórico del Estado Mayor del Ejército, nº 104-105 y nº 106-107. Montevideo: Imprenta Letras, 1966.

BIBLIOGRAFIA:

BARRETO, Abeillard. **Bibliografia Sul-riograndense**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1976.

CESAR, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias do Sul: UCS, 1978.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul. Período Colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.

CONI, Emilio. **El Gaucho. Argentina, Brasil, Uruguai**. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1942.

DE ANGELIS, Pedro. Proemio. IN: CABRER, José Maria. Reconocimiento del Pepirí. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1936.

DJENDEREDJIAN, Julio. **¿Un aire de familia? Producción agrícola y mercados desde Corrientes y Entre Ríos a Rio Grande do Sul, fines del siglo XVIII y comienzos del XIX: algunas reflexiones comparativas**. Primeras Jornadas de História Comparada. Porto Alegre. 2000.

FARBERMAN, Judith. **De las "provincias de arriba". Labradores y jornaleros del interior en la campaña porteña (1726-1815)**. XVI Jornadas de História Economica. Quilmes. 1998.

FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar - Bibliex, 1941.

FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: EST - SLB, 1980.

GELMAN, Jorge. ¿Gauchos o campesinos? **Anuario IEHS**. v. 2, (1987).

GELMAN, Jorge. **Sobre esclavos, peones, gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores en una estancia colonial rioplatense**. IN: Santamaria, D. Estructuras sociales y mentalidades en América Latina. Siglo XVII y XVIII. Buenos Aires: Biblos, v. 1990.

GELMAN, Jorge. Los caminos del mercado: campesinos, estancieros y pulperos en una región del Rio de la Plata colonial. **Latin American Historical Review**. v. 28, 2 (1993).

GELMAN, Jorge. **Campesinos y estancieros**. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

GIL, Tiago Luís. Nos domínios portugueses: mecanismos de estruturação e manutenção do mercado mear platino (1750-1800). **ACERVO: Revista do Arquivo Nacional**. v. 15, (2002). p. 33-54.

GIL, Tiago Luís. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira. Dissertação de Mestrado. PPGHIS, UFRJ, 2003.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes**. Rio de Janeiro: PPGHIS - UFRJ, 2002. (Dissertação de Mestrado Inédita).

- KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento. **Estudos Ibero-americanos**. v. XXV, (1999).
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcáicas**. São Paulo: EPU/EdUSP.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. **Contrabando y control colonial en el siglo XVII - Buenos Aires, el Atlántico y el espacio peruano**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987.
- NEUMANN, Eduardo. **A fronteira tripartida: índios, espanhóis e lusitanos na formação do Continente do Rio Grande**. XXI Simpósio Nacional da ANPUH. Niterói. 2001.
- OSÓRIO, Helen. **Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino**. Porto Alegre: História - CPGH/UFRGS, 1990. (dissertação de mestrado Inédita).
- OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói: - PPGHIS/UFF, 1999. (tese de doutoramento Inédita).
- OSÓRIO, Helen. **As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)**. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- PAULA CIDADE, F. de. **Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar - Bibliex, 1948.
- PAUWELS, Geraldo José. Contribuição para o estudo dos conceitos de "limite" e "fronteira". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. v. (s.d.).
- PORTO, Aurélio. Dr. José de Saldanha. IN: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 1929. vol 51.
- PORTO, Aurélio. Fronteira do Rio Pardo: penetração e fixação de povoadores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. v. IX, (1929).
- PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- PORTO, Aurélio. **Notícia sobre o Visconde de São Leopoldo**. IN: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Anais da Província de São Pedro**. Petrópolis: Vozes, v. 1978.
- PRADO, Fabrício Pereira. **Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa**. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.
- PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII. **Penélope - Fazer e desfazer a história**. v. 6 (1991). p. 119-144.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A Vila do Rio Grande de São Pedro**. Rio Grande: FURG, 1987.

REGO MONTEIRO, Jônathas da Costa. **A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777)**. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

SALA DE TOURON, Lucia. et alli. **Estructura economica-social de la Colonia**. Montevideo: Pueblos Unidos, 1967.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. **El Sistema de la economía colonial. Mercado Interno, regiones y espacio económico**. Lima: IEP, 1982.

SILVA, Augusto da. **Rafael Pinto Bandeira: De bandoleiro a governador. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro**. Porto Alegre: PPGH - UFRGS, 1999. (Dissertação de Mestrado Inédita).

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VELLINHO, Moysés. **Fronteira**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1975.

WINDLER, Christian. **Élites locais, señores, reformistas**. Sevilla: Universidad de Sevilla; Universidad de Córdoba, 1997.

Sites consultados:

Biografia de Lineu.

<http://www.utad.pt/~origins/Menugerais/Biografias/lineu.html>

Consultado em 20-11-2002.